

**PORTARIA Nº 923/2022**

A Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, usando de suas atribuições legais, considerando o que foi apurado no Processo Administrativo nº 8500093-19.2022.8.06.0173,

RESOLVE:

Alterar os Magistrados plantonistas do Plantão Judiciário do 16º Núcleo Regional.

Art. 1º Designar o Juiz Substituto Francisco Eduardo Girão Braga, Titular da Vara Única da Comarca de Ipu, em respondência pela 2ª Vara Cível da Comarca de Tianguá, para responder pela 1ª Vara Cível da Comarca de Tianguá durante o plantão judiciário escalado para os dias 28 e 29 de maio de 2022.

Art. 2º Designar o Juiz de Direito Denys Karol Martins Santana, Titular da 1ª Vara Cível da Comarca de Tianguá, para responder pela 2ª Vara Cível da Comarca de Tianguá durante o plantão judiciário escalado para os dias 04 e 05 de junho de 2022.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, Fortaleza, em 02 de maio de 2022.

**Desembargadora Maria Nailde Pinheiro Nogueira**  
**Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará**

**P O R T A R I A   N º 924/2022**

Dispõe sobre a designação do Juiz de Direito Francisco Hilton Domingos de Luna Filho para exercer a função de Coordenador do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Comarca de Acopiara.

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, ao apreciar o Processo Administrativo nº 8500061-58.2022.8.06.0029,

RESOLVE designar o Juiz de Direito Francisco Hilton Domingos de Luna Filho, Titular da 1ª Vara Cível da Comarca de Acopiara, para exercer as funções de Juiz Coordenador do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Comarca de Acopiara.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, Fortaleza, em 02 de maio de 2022.

**Desembargadora Maria Nailde Pinheiro Nogueira**  
**Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará**

**PORTARIA Nº 927/2022**

A Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, usando de suas atribuições legais, considerando o que foi apreciado no Processo Administrativo nº 8500238-49.2022.8.06.0117,

RESOLVE:

Alterar a escala do Plantão Judiciário do 1º grau do 10º Núcleo Regional nas datas abaixo indicadas, designando as respectivas Varas plantonistas:

- 07 e 08 de maio de 2022 – 2ª Vara Criminal de Maracanaú;
- 14 e 15 de maio de 2022 – 2ª Vara Cível de Maracanaú.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, Fortaleza, em 02 de maio de 2022.

**Desembargadora Maria Nailde Pinheiro Nogueira**  
**Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará**

**PORTARIA Nº 931/2022**

A Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, usando de suas atribuições legais, considerando o que foi apreciado no Processo Administrativo nº 8500103-78.2022.8.06.0071,

RESOLVE:

Alterar a escala do Plantão Judiciário do 1º grau do 2º Núcleo Regional nas datas abaixo indicadas, designando as respectivas Varas plantonistas:



- 14 e 15 de maio de 2022 – Vara Única de Família e Sucessões do Crato;
- 21 e 22 de maio de 2022 – 2ª Vara Criminal do Crato.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, Fortaleza, em 02 de maio de 2022.

**Desembargadora Maria Nailde Pinheiro Nogueira**  
**Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará**

#### PORTARIA Nº 764/2022

Dispõe sobre a designação de servidores para gestão e fiscalização de contrato administrativo.

**A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**, no exercício de suas atribuições legais, com fundamento no inciso IX do art. 6º da Lei nº 16.208, de 03 de abril de 2017;

**CONSIDERANDO** que a Administração tem o dever legal de gerir seus contratos à luz dos princípios estatuídos no art. 37 da Carta Magna;

**CONSIDERANDO** o disposto no art. 67 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, que determina o acompanhamento e a fiscalização da execução dos contratos, por representante da Administração especialmente designado;

**CONSIDERANDO** a necessidade de garantir que os contratos firmados pelo Tribunal de Justiça do Estado do Ceará sejam executados de maneira eficiente e eficaz, de acordo com os preceitos legais, e;

**CONSIDERANDO** a solicitação constante no Processo Administrativo nº 8503231-25.2022.8.06.0001;

#### RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo nominados como fiscais do contrato identificado, durante sua vigência, competindo-lhe a prática de todos os atos legais ao fiel cumprimento do referido instrumento:

<b>CONTRATO:</b>	TCU 09/2018	<b>CONTRATADA:</b>	J. R. Alacrino Rocha Menezes – ME
<b>OBJETO:</b>	Concessão administrativa para uso do espaço reservado ao funcionamento de restaurante/lanchonete		
<b>SERVIDOR(ES)</b>	<b>MATRÍC.</b>	<b>FUNÇÃO</b>	<b>ATUAÇÃO</b>
Isaías Neves Pereira de Souza	201560	Fiscal Titular	Fiscalização, aceite e encaminhamento das medições e de todas as entregas objeto do contrato TCU 09/2018
José Landim Rocha de Freitas	9760	Fiscal Titular	Fiscalização, aceite e encaminhamento das medições e de todas as entregas objeto do contrato TCU 09/2018
Valdécio Monteiro Rodrigues	12012	Fiscal Titular	Fiscalização, aceite e encaminhamento das medições e de todas as entregas objeto do contrato TCU 09/2018
Válter Nogueira e Vasconcelos Filho	94135	Fiscal Substituto	Fiscalização, aceite e encaminhamento das medições e de todas as entregas objeto do contrato TCU 09/2018
João Lucas de Meneses Miranda	46173	Fiscal Substituto	Fiscalização, aceite e encaminhamento das medições e de todas as entregas objeto do contrato TCU 09/2018

Art. 2º Os casos omissos serão decididos pela Presidência do Tribunal de Justiça.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, Fortaleza, 12 de abril de 2022.

**Desembargadora Maria Nailde Pinheiro Nogueira**  
**Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará**

#### PORTARIA Nº 320 / 2022 - SGP

Dispõe sobre concessão de Adicional de Especialização.

A Secretária de Gestão de Pessoas, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 5º, inciso X, da Portaria nº 320/2021,